

O que diz o sujeito coletivo Forpibid-RP sobre a origem do Residência Pedagógica e a coexistência com o Pibid?

Resumo

O presente texto tem como objetivo explicitar a inter-relação entre o Pibid e o surgimento do Programa Residência Pedagógica, no contexto das políticas de formação de professoras(es) nas duas primeiras décadas desse século. Estudo de abordagem qualitativa recorrendo à observação documental e aproximações à técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefèvre; Lefèvre, 2005), por meio da análise de informativos do Forpibid. A análise demonstra que o movimento social teve ciclos que se adequaram às demandas da base às possibilidades de enfrentamento, as quais evoluíram no direcionamento das lutas, travando embates e conquistas no todo, ou parte, do que reivindicavam, a manutenção do Pibid. A continuidade foi marcada pela coexistência do Pibid com o Residência Pedagógica, dividindo seu desenho pedagógico, embora tenham sido observadas algumas medidas específicas que trouxeram significativos tensionamentos à época de sua implantação, a exemplo da vinculação com a BNCC. Foi notório o crescente da articulação política nas defesas que impactaram nos processos de iniciação à docência e a formação de professoras(es). Retomar as condições de financiamento e realinhar as intenções das políticas educacionais pré-golpe se inscrevem como avanços imediatos, como retomada de ações que deram potência aos feitos e que permitiram resistir aos desmontes vivenciados.

Palavras-chave: formação de professores; política educacional; dimensão política.

Nilson de Souza Cardoso

Universidade Estadual do Ceará –
UECE – Crateús/CE – Brasil
nilson.cardoso@uece.br

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Universidade do Estadual Paulista –
Unesp – Marília/SP – Brasil
sueli.mendonca@unesp.br

Isabel Maria Sabino de Farias

Universidade Estadual do Ceará –
UECE – Fortaleza/CE – Brasil
isabel.sabino@uece.br

Para citar este artigo:

CARDOSO, Nilson de Souza; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O que diz o sujeito coletivo Forpibid-RP sobre a origem do Residência Pedagógica e a coexistência com o Pibid?. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 24, n. 56, p. 160-181, set./dez. 2023.

DOI: 10.5965/1984723824562023160

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723824562023160>



What does the collective subject Forpibid-rp say about the origin of Pedagogical Residence and its coexistence with Pibid?

¿Qué dice el sujeto colectivo Forpibid-rp sobre el origen de el Residência Pedagógica y la coexistencia con el Pibid?

Abstract

The present text aims to explain the interrelation between Pibid and the emergence of the Residência Pedagógica Program, in the context of teacher training policies in the first two decades of this century. This qualitative study relies on documentary observation and approaches the technique of Collective Subject Discourse (Lefèvre; Lefèvre, 2005), through the analysis of information from Forpibid. The analysis demonstrates that the social movement had cycles that adapted to the demands of the base and the possibilities of confrontation, which evolved in the direction of the struggles, engaging in battles and achieving victories in all or part of what they claimed, the maintenance of Pibid. The continuity was marked by the coexistence of Pibid with the Residência Pedagógica, sharing its pedagogical design, although some specific measures were observed that brought significant tensions at the time of its implementation, such as the connection with the BNCC. The growing political articulation in the defenses that impacted the processes of teacher initiation and teacher training was notorious. Restoring funding conditions and realigning with the intentions of pre-coup educational policies are seen as immediate advances, as a resumption of actions that gave strength to achievements and allowed resistance to the dismantling experienced.

Keywords: teacher education; educational policy; political dimension.

Resumen

El presente texto tiene como objetivo explicar la interrelación entre el Pibid y el surgimiento del Programa Residência Pedagógica, en el contexto de las políticas de formación de profesoras(es) en las dos primeras décadas de este siglo. Estudio de enfoque cualitativo que recurre a la observación documental y aproximaciones a la técnica del Discurso del Sujeto Colectivo (Lefèvre; Lefèvre, 2005), a través del análisis de informes del Forpibid. El análisis demuestra que el movimiento social tuvo ciclos que se adaptaron a las demandas de la base a las posibilidades de enfrentamiento, las cuales evolucionaron en la dirección de las luchas, librando batallas y conquistas en su totalidad o en parte, de lo que reivindicaban, la continuidad del Pibid. La continuidad se caracterizó por la coexistencia del Pibid con el Residência Pedagógica, compartiendo su diseño pedagógico, aunque se observaron algunas medidas específicas que generaron tensiones significativas en el momento de su implementación, como la vinculación con la BNCC. Fue notable el creciente de la articulación política en las defensas que impactaron en los procesos de iniciación a la docencia y la formación de profesoras(es). Recuperar las condiciones de financiamiento y realinear las intenciones de las políticas educativas previas al golpe se inscriben como avances inmediatos, como la reanudación de acciones que dieron potencia a los logros y permitieron resistir los desmantelamientos vividos.

Palabras clave: formación docente; política educativa; dimensión política.

O elo entre a defesa, a constituição e o surgimento como esteio dessa produção

Neste artigo, discutiremos o surgimento de um sujeito coletivo a partir de um novo movimento social marcado por intensos embates na defesa da formação de professoras(es), especificamente da iniciação à docência. O Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid¹) inicia sua trajetória na defesa do Pibid, mas logo nos primeiros momentos essa intencionalidade é transformada por ataques que questionavam o programa. Foi pelos embalados do *hit* Pibid um sonho azul², que permitiram não só a fruição da letra, mas emergir a certeza de que “o vento é bom professor, não cansa jamais de sonhar [...] e ao barco ensinou a voar”. O embalo nos inspirou em muitos momentos de luta pelo #ficapibid e a melodia fez soerguer um sujeito coletivo, o Forpibid, que pôde nos dizer: “O sonho não acabou. O Pibid ficou!”. Ficou e coexistiu com o Residência Pedagógica, em unidade, e nesse céu de lutas passou a defender também uma nova melodia no campo, superando muitos embates e contradições, que serão problematizados neste artigo.

O presente estudo de abordagem qualitativa (Gamboa, 2018), apoia-se na observação documental (Gamboa, 2018), sistematizada mediante aproximações com o método do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (Lefèvre; Lefèvre, 2005), que busca extrair do material expressões-chave, ideias centrais, correlacionando-as com o cenário histórico que, na síntese, buscamos construir uma narrativa do que se passou ao longo das ações realizadas, analisando o movimento no entendimento de sua atividade. Foram observados documentos produzidos informativos sobre o contexto da atuação do Fórum, de forma a explicitar a origem do movimento, mas dando enfoque ao período de setembro de 2017 a março de 2018 – ocasião em que se encerram as atividades

¹ Em outubro de 2017, o Ministério da Educação lança a Política de Formação de Professores e nela apresenta o que viria a ser a “modernização” do Pibid e esse foi o cenário que marcou o início da coexistência entre o Pibid e o Programa Residência Pedagógica – RP, no âmbito dos programas voltados para a iniciação a docência, fomentados pela DEB/Capes. No final de 2018, como consequência da reorganização do Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do Pibid e do RP, houve a sua renomeação, agregando a sigla do novo programa que passou então a Forpibid-rp. Assim, considerando o período e os documentos analisados aqui, faremos referência à sigla Forpibid, exceto no título, sem desconhecer, portanto, que se trata de um único sujeito coletivo.

² O Pibid Sonho azul, na nossa percepção, é a tradução de um momento, o imediato e o vindouro, que só a sensibilidade de artistas é capaz de ler e transformar o temor em beleza, em afeto, em arte. A canção composta pelos Professores Ewelter Rocha e Natanael Pereira, à época, respectivamente, coordenador e bolsista do Pibid/Música-UECE, pode ser acessada em: <https://youtu.be/7NpCPPmpwdw>. Fica a sugestão.

desenvolvidas pelo Pibid e Pibid Diversidades regidos pelos editais nº 061 e 66/2013-Capes, e que se deu o início da coexistência dos programas Pibid e Residência Pedagógica.

Por certo, a trajetória do Fórum deu-se em ciclos, que iniciaram com a intenção de garantir a ampliação do Pibid, passando a reivindicar elementos de sua execução, como liberação de custeio das ações, até chegar à defesa pela sua manutenção e coexistência com um novo programa, o Residência Pedagógica. Esse curso marcado por ciclos, momentos-chave de significativa ação do Forpibid em sua defesa, é compreendido como período característico de um “processo histórico-político peculiar e distinto, composto por um conjunto de demandas, reivindicações, manifestações, protestos, contestações, ou de ações coletivas de cooperação e parceria de organizações civis [...]” (Ghon, 2018, p. 07). É sobre essa trajetória de lutas que nos debruçaremos, buscando explicitar a coexistência do Pibid com o surgimento do Programa Residência Pedagógica, num todo articulado que tem impactado os processos de iniciação à docência e a formação de professoras(es).

A gênese do movimento fomentado por uma política de formação de professoras(es)

O Pibid, sedimentado na agenda educativa nacional pela Portaria Capes nº 96/2013 – que institui seu Regulamento, e pelos Editais Capes nº 61 e 66/2013 – Pibid e Pibid Diversidade, pode ser considerado como ápice de uma ação da política de formação de professoras(es) nos governos PT (2003/2016). Sua configuração naquele momento, com abrangência nacional, contemplou IES públicas e privadas, assegurando 90 mil bolsas e condições objetivas para a implementação: recursos financeiros, tempo e continuidade para o seu desenvolvimento.

Com isso, colocava em funcionamento o cerne da ação, o seu *design* pedagógico, aproximando elencos e palcos fundamentais no processo de formação docente: formadoras(es) e professoras(es) atuando numa intercessão que envolvia escola e universidade em um processo de coformação de jovens licenciandas(os). Tal caracterização, como sinalizado noutro escrito (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020), fez toda a diferença na trajetória do Pibid como ação em contexto de formação inicial que

apoia e fortalece o processo de construção identitária de licenciandos, futuros professoras(es).

Remonta também ao ano de 2013, quando ocorreu o terceiro e último encontro com coordenadores institucionais do Pibid, a sinalização da própria Capes sobre a necessidade de uma instância articuladora externa, que pudesse “congregar os coordenadores em torno de questões de interesse institucional, de modo a auxiliar na consolidação do programa, na proposição de estratégias de melhoria da política pública e em sua institucionalização nas IES de todo o país” (CAPES, 2015, p. 102). E, de acordo com o expresso por Villas-Bôas (2018, p. 116), a “expectativa da equipe gestora era a de que o fórum se constituísse enquanto espaço de interlocução com a Capes”. Tal indicativo encontra-se na gênese da emergência do movimento social em torno da defesa do Pibid, da formação inicial de professoras(es): o Forpibid, cuja constituição foi atravessada por tensionamentos:

Inicialmente houve resistência por parte dos coordenadores, por entender que a criação de um fórum sob a égide de órgão governamental descaracterizaria a autonomia necessária a este fórum em defesa do programa. A proposta foi retomada na assembleia geral dos coordenadores institucionais do Pibid, realizada nos Encontros Nacional das Licenciaturas (Enalic) de Uberaba (2013) e Natal (2014), culminando na formação de uma diretoria para o Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid, conhecido como Forpibid. (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020, p. 60)

Nesse interregno – entre 2013 e 2014, a constituição do sujeito coletivo Forpibid foi se evidenciando como uma necessidade urgente face à intensificação dos embates na defesa do Pibid. O enfrentamento dava-se com a Capes ou com o MEC, funcionando ora como interlocutores, ora como opositores, tendo o movimento contado com uma base social que envolveu licenciandas(os) e professoras(es) de escolas e universidades ligados ao Pibid, mas também “com participação efetiva de escolas e comunidades, envolvendo famílias de alunos, políticos locais, defensores incondicionais, que viam no programa realmente uma inovação positiva com melhoria da escola” (Cardoso, Mendonça, 2019, p. 150).

Estava, assim, constituído um coletivo que alcançou um sentido consciente da docência a partir de um modelo de formação de professoras(es) – presente no Pibid,

formando uma base social, um adversário social que intentou interrupção ou alteração de uma ação exitosa, dando vazão a um movimento que partiu em defesa, na aparência, do Programa, mas na essência, do desenho pedagógico que alicerçou essa ação coletiva (Ghon, 2018), o que compõe a análise e discussão nesta seção.

Após a aprovação do regimento e a eleição das representações da diretoria (presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria e representação do Pibid Diversidade) e do diretório nacional (representantes regionais e estaduais), no IV ENALIC, realizado em dezembro de 2014, em Natal, o Forpibid teve seu primeiro contato com o que viria a transformar seu foco em ação: um atraso de bolsas inesperado e inédito no Pibid, muito embora o fato não tenha perdurado, um sinal de alerta foi acionado e deu o tom à Carta final do evento, que apontava o desejo de consolidar e ampliar o Programa.

Logo no início de 2015, precisamente em fevereiro, ocorreu, na sede da Capes em Brasília, o primeiro encontro de trabalho do Forpibid, ocasião em que os membros da diretoria³ e do diretório nacional discutiram um plano de avaliação e o estabelecimento de indicadores, rumos do programa, encontros regionais e nacionais. É dessa época a nota emitida pela CAPES que define o Fórum como “entidade de caráter permanente para atuar como interlocutor entre os projetos Pibid, a Capes, secretarias de educação e demais órgãos e instituições”, consolidando seu intento inicial (CAPES, 2015, p. 102).

Por outro lado, Gicele Cervi, a então vice-presidente da referida entidade, já anunciava uma perspectiva alargada do Fórum a partir de “[...] uma construção democrática da formação da política do programa. A representatividade começa pela base, na comissão interna de acompanhamento, até chegar ao diretório nacional [...]”

³ A nominata primeira composição das representações do Forpibid é a seguinte: Diretoria (Alessandra Assis/UFBA – Presidenta; Gicele Maria Cervi/FURB – Vice-presidenta; Sílvia Contaldo/PUCMinas – Secretária; Paulo Rosa/UFMT – Tesoureiro e Edson Brito/IFBA – Representante do Pibid Diversidade) e o Diretório Nacional composto por coordenadoras(es) regionais (Centro-oeste – Noemia Moura/UFMG e Renata Lacerda/ UNEMAT; Nordeste – Lucrécio de Sá/UFRN e Nilson Cardoso/UECE; Sul – Cristiane Hauschild/Univates e Maria Odete Teneiro/UEPG; Sudestes – Ricardo Cardozo/IFNMG e Elaine Crispim/UENF) e as coordenações estaduais (Vanda Domingos Vieira/PUC – GO, Lucélio Ferreira Simião/UEMS – MS, Elaine dos Reis/ IFAL – AL, Camila Figueiredo/UNEB – BA, Luiza Pontello/ IFCE – CE, Fabio Sales/IFMA – MA, Marciano de Lucena/UFCEG – PB, Lucia Falcão/ UFRPE, Antonia Dalva Franca Carvalho/UFPI – PI, Cristina Lens/São Camilo – ES, Flávia Marcatto/UNIFEI – MG, Márcia Gonçalves/UERJ – RJ, Sueli Mendonça/UNESP – SP, Flávio Rodrigo Furlanetto/UENP – PR, Adriana Mendonca Destro/UNISUL – SC, Martha Hoppe/UERGS – RS). Algumas dessas pessoas estavam na primeira reunião na sede da Capes, nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2015, cujo registro consta em Capes (2015).

(Arcanjo, 2022), ao ser entrevistada pela assessoria de comunicação da Capes. Um prenúncio.

Com efeito, em 2015, agravam-se as tensões e conflitos no cenário político e a crise econômica mundial com ressonâncias no plano nacional, demarca o começo de uma recessão econômica e, com isso, contingenciamentos financeiros são aplicados. É nesse contexto que, ainda em junho, a “gênese” do movimento #ficapibid surge, em decorrência do anúncio da Capes sobre a possibilidade de fim ou a ampla redução do Pibid e de outras iniciativas da DEB. O comunicado oficial indicava às coordenações institucionais “possibilidade de redução em 90% das bolsas, com cortes imediatos. O assunto ganha a mídia⁴, ao passo que o Forpibid enceta sua trajetória de mobilização dos coordenadores institucionais e de todas as suas bases” nas instituições de Educação Superior e nas escolas de Educação Básica parceiras em defesa do Programa, em nível nacional (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020, p. 61).

Algumas ações foram tomadas na busca de reverter o quadro apresentado e a reunião com os gestores do Pibid na Capes foi a primeira tratativa, seguida de audiência no MEC e da coleta de assinaturas em uma carta aberta que clamava pela manutenção, ampliação e qualidade do Pibid, o elemento central do discurso nesse momento. A base, ansiosa por redefinições, encontrou dados dos trabalhos realizados pelo Forpibid em informes que detalhavam a situação e cumpriam o importante papel, o de organizar um coletivo heterogêneo, formado por estudantes, docentes e gestões escolares. Do primeiro informe, o primeiro discurso desse sujeito coletivo, foi:

[...] a audiência na CAPES [...] teve a finalidade de buscar esclarecimentos sobre os três itens principais supracitados no ofício enviado à CAPES pelo FORPIBID: verba de custeio, manutenção das bolsas e os impactos dos cortes na ampliação do Programa. [...] o setor financeiro [...] fará uma comunicação oficial sobre o assunto. [A Diretora da DEB] se comprometeu a rever o assunto com a equipe e comunicar oficialmente a definição final. Não foi possível falar em ampliação do Programa para atender as metas do Plano Nacional de Educação. [...] as atividades de mobilização programadas para Brasília continuam audiência [...].

⁴ O Jornal O Globo publica matéria “Principal programa para formação de professores deve sofrer cortes de 50% a 90%”, dando notoriedade nacional à questão. Ver notícia em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/principal-programa-para-formacao-de-professores-deve-sofrer-cortes-de-50-90-16534812>

Seguimos na luta pela **manutenção, ampliação e qualidade do Programa!!!** (Forpibid, 2015a, p. 01, grifo nosso)

Forpibid conseguiu contabilizar 45.065 assinaturas relativas à CARTA ABERTA DO PIBID que haviam chegado à Caixa Postal 9555, [...] ao longo de menos de duas semanas, sendo 26.610 assinaturas de bolsistas e 18.455 assinaturas de estudantes, professores da educação básica, pais, gestores de escolas e membros de comunidades atendidas pelo Programa. [...] também foram recebidas, cartas assinadas por escolas, secretarias de educação e outras entidades, ofícios de parlamentares, fotografias do Pibid, desenhos feitos por crianças e outros documentos de apoio, como registros nas redes sociais, [e] foi montado um grupo de trabalho para organização do material recebido por correio. [...] o Diretório Nacional do Forpibid agradece [...] dando ênfase ao resultado desse processo e de sua repercussão no sentido de dar visibilidade à grande aceitação e relevância social do Programa. [...] seguimos na luta pela **manutenção, ampliação e qualidade do Programa!** (Forpibid, 2015b, p. 01, grifo nosso)

O Forpibid teve seu pedido de audiência aceito pelo MEC. No dia 07 de julho [...] atendidos Secretário da Educação Superior do MEC, [...] também esteve presente o Diretor de Políticas e Programas de Graduação do MEC. [...] apresentamos o Forpibid e reivindicamos a permanência e ampliação do Programa. Falamos de nossa preocupação com o comunicado da CAPES [...] que fala em garantir a continuidade do Pibid mas se compromete apenas com o pagamento dos bolsistas que estão inseridos no sistema, sem no entanto permitir a inclusão de novos bolsistas em substituição aos que foram excluídos [...]. Insistimos que essa medida implicaria [...] na extinção de subprojetos e até extinção do Pibid nas IES. Também reivindicamos o repasse de recursos de custeio como condição para a consecução das atividades desenvolvidas nas escolas [...]. [...] ao final, entregamos [...] a CARTA ABERTA DO PIBID, com 45.065 assinaturas. Os 10 volumes encadernados impressionaram o secretário. [...] seguimos na luta pela **manutenção, ampliação e qualidade** do Programa! (Forpibid, 2015c, p. 01, grifo nosso)

Já nas suas primeiras incursões, o Forpibid passou a atuar de modo distinto ao projetado inicialmente pela Capes, quando articulou a organização do Fórum (Capes, 2015a). Ante a determinação que colocaria fim ao Pibid, as lideranças conclamaram participação democrática num movimento que buscou “abarcando dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva”, alimentando a formação de uma identidade coletiva, incentivando, em seu modo de agir, “constrangimentos sociopolíticos” (Alonso, 2009, p. 66). As audiências na Capes e no MEC, com a entrega da carta aberta com mais de 25mil assinaturas davam mostra da capacidade de mobilização e articulação da base, composta de ‘pibidianas(os)’ e de membros da comunidade escolar e universitária.

“A repercussão foi positiva e o fim do Pibid, pelo corte indicado de 90% das bolsas, saiu de questão e as inclusões/exclusões de bolsistas foram reestabelecidas, porém com o prenúncio do que viria a ser uma constante: o corte de bolsas não preenchidas” (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020, p. 61-62), ou seja, consideradas ociosas mesmo que em curto espaço de tempo, sendo necessária a substituição de estudantes que concluíam os cursos, por exemplo. A interlocução com a base do movimento deu-se por meio de informes, cuja regularidade refletia as audiências, a análise dos fatos que impactavam o programa ou até a orientação organizativa das articulações necessárias para a defesa do Pibid.

Concordando com Alonso (2009, p. 72), as mobilizações (coleta de assinaturas vindas de todas as partes do país) e o modo estratégico de representar e dar sentimento de participação às pessoas, com emissão ao sabor da urgência dos acontecimentos, foram um sinal “crucial para o controle sobre bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto a formação de solidariedades e identidades coletivas”, efetivando o início do Forpibid como um movimento social, criando um sujeito que possuía voz e ação em torno da defesa do Pibid. Obviamente, como assinalado no início deste texto, o Residência Pedagógica tão logo surgiu, também passou a compor o *front* desse movimento social, o que será problematizado adiante.

A antessala do surgimento do Residência Pedagógica e da coexistência com o Pibid

Desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar (FNPE, 2022), o cenário educacional passou a observar desmontes de diversas políticas e suas ações correlatas. Quase a totalidade de programas desenvolvidos pela Capes foram descontinuados e intencionalidades e visões sobre algumas questões educacionais ganharam novos rumos. Foi tempo de imposição de uma reforma na LDB nº 9394/96 que determinou mudanças no Ensino Médio, além da determinação de uma Base Nacional Comum Curricular sem discussão e participação social, com suas correlações na formação de professoras(es), a Base Nacional Curricular da Formação (BNC-F) (Cardoso; Mendonça; Farias, 2021).

O final do ano de 2017 se aproximava e nenhuma indicação de publicação de edital do Pibid gerava incertezas que se corporificaram com a análise do Projeto de Lei para o ano posterior, com forte redução orçamentária da Capes. O Forpibid tomou o comando de reacender a chama do coletivo, preparando a base para entrar em ação.

A análise da primeira proposta do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 (PLOA), enviado ao Congresso, pelo atual governo, [...] indicava cortes pesados à Capes apontando assim sérios riscos para o PIBID. [...] para 2018 foi reduzido a R\$ 2,2 bilhões de reais (redução de 31%). [...] a conjuntura política indefinida e em disputa pelo controle do Estado brasileiro, provoca mais preocupação. [...] existe risco de descontinuidade das atividades do Programa, ou seja, uma interrupção temporária a partir de março, em função do atraso na publicação do novo edital. [...] entendemos que a situação é grave e não devemos aceitá-la, pois compromete o trabalho junto às escolas parceiras, bem como os ganhos e avanços do PIBID, [...] significará um retrocesso à Educação Básica, pondo em risco [...] a política de formação de professores no Brasil, comprometendo o conjunto de metas do Plano Nacional de Educação. O FORPIBID [...] organizou um conjunto de sugestões ao novo edital, para o qual tem solicitado audiência para apresentá-lo em uma reunião com a equipe gestora da Capes, porém sem retorno da Capes, até agora. É de fundamental importância, neste momento, desencadear a nossa mobilização e fazer o mês de outubro, o mês das lutas, mês do professor, colocando o PIBID NAS RUAS, mostrando à sociedade a importância e a gravidade do governo em colocar em risco os investimentos em educação. [...] buscaremos junto aos parlamentares apoiadores do PIBID no Congresso Nacional, sua ajuda em defesa do Programa e solicitando audiências públicas com uma agenda para discutir os principais problemas sobre a educação: PNE, financiamento público, PIBID, entre outros. O diálogo com outras entidades científicas, institucionais e sindicais também se faz urgente, para criar uma mobilização unitária em defesa da educação pública no Brasil. A nossa força é a nossa organização. [...] cada pibidiano, em seu local de trabalho, poderá contribuir fazendo ações em defesa [...] como já feitas no passado e foram vitoriosas, que garantiram ao Programa chegar até hoje, com algumas perdas, mas, apesar disso, coerente com seus objetivos, e pronto para continuar lutando! SEM CORTES NA EDUCAÇÃO! (Forpibid, 2017a, p. 01-02)

Não pelos cortes orçamentários, mas um novo risco de descontinuidade do Pibid, deu início à segunda e mais contundente ameaça ao Pibid, o último ciclo aqui analisado. Em 17 de outubro daquele ano, o MEC do Governo Temer lançou sua política de formação de professoras(es), sem, contudo, apresentar um documento oficial com o teor das intenções para o setor; apenas *slides* exibidos em cerimônias passaram a registrar o

caminho a ser seguido. As análises que remontavam ao século passado, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, recolocavam a ideia de responsabilização das(os) professoras(es) pelas mazelas da educação, traduzidas nos baixos índices em avaliações em larga escala. Essa percepção confirma-se com o trecho que passa, desde então, a preencher todos os documentos oficiais do Ministério, como um mantra do retrocesso: “A qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor. Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos” (Castro, 2017, p. 02).

De modo mais contundente, era o anúncio do fim do Pibid com o lançamento da nova política que propunha a sua “modernização” com a apresentação de um novo programa: o Residência Pedagógica. Sem muitos elementos para a compreensão da inovação pretendida, a escassez de informação o relacionava a uma medida fracassada no Estado de São Paulo, o Residência Educacional⁵. O programa paulista, modelo para a novidade do MEC, foi extinto ainda no primeiro ano sob a justificativa oficial de necessidade de ajustes, caracterizada por precarização do trabalho docente, sendo observados estudantes sem formação atuando como profissionais sem a devida supervisão e tampouco, pautados em ações plenamente planejadas. Um retrocesso.

Às ruas, já! As medidas apresentadas na nova política de formação de professores não estão publicadas em nenhuma forma de documento oficial, [...] mas as notícias na mídia já vão nos dando clareza da intenção: desmonte de uma política pública exitosa em nome de uma falaciosa modernidade! [...] a medida também traz consigo a marca do fracasso no Estado de São Paulo. A residência lá, extinta ainda no primeiro ano, foi caracterizada por precarização do trabalho docente, sendo observados estudantes sem formação atuando como profissionais, sem a devida supervisão e tão pouco, pautados em ações plenamente planejadas. Um retrocesso Nossa mobilização, portanto, é urgente! Essa união já obteve frutos e o mesmo caminho a ser seguido é prenúncio de êxito! Vamos colher os abaixo-assinados, [...] devemos conversar com parlamentares e governantes, entidades educacionais e sociedade civil organizada, denunciando a fragilidade e retrocesso da proposta, tendo como exemplo a experiência Paulista. [...] um outro caminho efetivo é a realização de audiências públicas. Busquem promover em seus

⁵ Para mais informações sobre o Programa Residência Educacional da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, acesse: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/sala-de-imprensa/release/processo-seletivo-do-programa-residencia-educacional-recebe-inscricoes-ate-segunda/>

municípios e Estados, com elaboração de documento encaminhado ao MEC e parlamentares do Congresso. Nosso movimento ganha novo significado para o que nos deu notoriedade: [...] #ficapibid. Não compactuaremos com esse retrocesso que traz consigo a marca da precarização da formação e trabalho docente! O Pibid e Pibid Diversidade precisam de consolidação e não de modernização. (Forpibid, 2017b, p. 01)

O governo Temer “desejava ter sua marca na formação inicial de professoras(es) e o Pibid representava uma ação do Governo anterior e reverter esse quadro parecia improvável” (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020). A mobilização foi intensa, a comunidade educacional foi quase unânime no apoio ao programa, com a apresentação do maior abaixo-assinado já promovido pelo Forpibid, somando 319 mil assinaturas. Duas audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, no Senado e outra na Comissão Legislativa Participativa na Câmara, ambas subscritas pelas Comissões de Educação das duas casas, contaram com a participação de bolsistas do Pibid. Como consequência das ações foi conquistada uma audiência com o Ministro da Educação Mendonça Filho, em dezembro de 2017, quando então foi proposta e acordada a coexistência dos dois programas: Pibid e Residência Pedagógica (RP) sem que houvesse objeção.

As reuniões que ocorreram na Capes, como acerto na audiência com o Ministro Mendonça Filho, revelaram o frágil domínio dos objetivos do novo Programa, pois genericamente apontavam o RP como um novo modelo de estágio supervisionado nas licenciaturas, ancorados no que há de mais tradicional na área: observar, reger e registrar. Uma ação desencontrada dos avanços acumulados no campo dos estágios, feita entre gabinetes e com nenhuma participação de quem investiga ou atua na área: instituições formadoras ou escolas de Educação Básica.

Como expressão do desconhecido, utilizaram-se do mesmo modelo pedagógico que foi consolidado pelo trabalho colaborativo entre a Capes e todos os sujeitos e espaços que constituíram o Pibid. O RP também passaria a ser constituído da junção de sujeitos como Professor(a) Formador(a)-Professor(a) da Educação Básica-Licenciando(a) e espaços formativos (IES e Escolas). Esse foi o limite das conquistas, mesmos que diminutas ante a perspectiva engessada que a Capes concedeu ao Residência Pedagógica.

A primeira semana de dezembro foi do PIBID e PIBID Diversidade em Brasília. Marcada pelo trabalho junto a parlamentares no Congresso Nacional e contagem das assinaturas dos abaixo-assinados de todo o Brasil, culminando com duas audiências públicas, a primeira no Senado, organizada pela Comissão de Direitos Humanos [...] a segunda, na Câmara de Deputados, coordenada pela Comissão Legislativa Participativa. [...] centenas de pibidianos vindos de todo o Brasil, [...] caravanas de Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Bahia encheram os auditórios das audiências públicas, transmitidas ao vivo. [...] os argumentos em defesa do PIBID e PIBID Diversidade vieram de diferentes palestrantes ANDIFES, UNDIME/RS, UNE, FORPIBID. [...] a ausência do MEC não permitiu o debate tão esperado em torno de suas análises sobre o Pibid e a proposta de sua substituição pelo Residência Pedagógica recém anunciada. A posição de todos foi uníssona pela prorrogação dos atuais editais do PIBID e PIBID Diversidade, [...] esse é o interesse coletivo e será a nossa reivindicação. Outro fato importante da intensa semana de mobilização foi a coleta de assinaturas de deputados federais e senadores para a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Pibid e Pibid Diversidade. [...] esse trabalho deve continuar e ser feito por todos os pibidianos, que devem visitar seus parlamentares solicitando apoio a essa Frente. A forte mobilização, além de ocupar os espaços do Congresso Nacional, conseguiu também garantir a audiência com o Exmo. senhor Ministro da Educação Mendonça Filho, [...] a audiência aconteceu em 14 de dezembro, no Gabinete do Ministro, momento em que o FORPIBID entregou o protocolo das 316.811 assinaturas ao Ministro, além de diversas manifestações de apoio ao Pibid, desde desenhos de crianças, cartas de pais e escolas até moções de apoio das IES e Entidades Educacionais. O resultado foi excelente, pois Mendonça Filho não se opõe à prorrogação do Pibid, embora não abra mão do Residência Pedagógica [...] solicitou que a Capes agendasse com o FORPIBID, em janeiro para tratar da prorrogação do atual edital, reafirmando nossos interesses em dialogar, sempre. Finalizamos mais um ano com sentimento de sucesso no movimento do #FICAPIBID. Cabe destacar que o FORPIBID esteve presente em muitos espaços, eventos e debates acerca do PIBID e PIBID Diversidade. Esses são os resultados significativos de nossa mobilização e novamente esperamos, [...] "O PIBID Ficou". (Forpibid, 2017c, p. 01-02)

Ante toda a turbulência, o Pibid ficou! Não foi garantida a prorrogação, um desejo presente nas audiências públicas, mas a força do coletivo foi o substrato para a conquista da sua permanência. O ano de 2018 iniciava com encaminhamentos alvissareiros: o Pibid continuava, a Capes criava um fórum de discussão dos programas, restabelecendo o diálogo interrompido em alguns momentos. Parecia a coroação de todo o movimento realizado, indicando certa calma para o ano que viria mudar nossas vidas. A Capes apresentou o RP e a coexistência com o Pibid, este com foco na iniciação à docência por

meio das Práticas como Componente Curricular; já o primeiro dedicado aos estágios supervisionados, num ciclo de 30 meses em que licenciadas(os) passariam pelos programas. O desenho pedagógico que deu novo sentido à docência a partir do Pibid foi adotado no novo Programa, o que fez, sem dúvida, não haver reação imediata ao que se apresentava.

Em 17 de janeiro de 2018, o Forpibid esteve reunido com o Diretor de Educação Básica DEB/Capes e a equipe do PIBID na Capes. Essa reunião fecha o ciclo das conquistas da nossa mobilização de 2017, após as audiências públicas e o encontro com o Ministro da Educação, em dezembro. O momento também foi marcado pela consolidação do diálogo entre a DEB e o FORPIBID, uma importante conquista. A reunião [...] que expôs sobre a Política de Formação de Professores em âmbito nacional. Apresentou o Programa Residência Pedagógica - RP como um programa experimental de normatização dos estágios enquanto espaço de prática profissional. Será desenvolvido concomitantemente ao PIBID e ao PIBID Diversidade, tendo cada programa as suas especificidades. De acordo com a proposta da CAPES, o PIBID e o PIBID Diversidade continuarão com foco na iniciação à docência, porém com ajustes, antecedendo o ingresso do acadêmico no Residência Pedagógica. Desta forma, o PIBID e PIBID Diversidade induzem a iniciação à docência por meio da Prática como Componente Curricular, com a vivência no ambiente escolar, enquanto o RP vincula-se ao Estágio Curricular Supervisionado [...]. Todos os bolsistas serão preservados (coordenadores, supervisores, licenciandos), sendo incluído um profissional da rede que fará o acompanhamento dos programas nas escolas. A proposta apresentada indica 12 meses de bolsa para licenciando do Pibid e 18 meses de bolsa para o RP, totalizando 30 meses. [...] o Forpibid protocolou e apresentou ao diretor da DEB novo pedido de prorrogação da vigência dos projetos institucionais aprovados nos editais 061 e 066/2013. O prazo solicitado considera o tempo necessário entre o lançamento do próximo edital e início de suas atividades, previsto para agosto de 2018, proporcionando continuidade dos programas [...] frente a reivindicação, o diretor reafirmou que a posição do MEC era por um novo edital e cronograma que prevê a interrupção do Pibid no 1º semestre, por outro lado mostrou-se aberto e se propôs levar a nova demanda ao Ministro da Educação. A grata surpresa foi o convite do diretor da DEB ao FORPIBID para participar de fórum mensal, estabelecer um canal permanente de representatividade e discutir uma pauta de interesse mútuo, sendo garantido o financiamento para três representantes, ficando aberta a participação de outros membros do FORPIBID. Começamos muito bem o ano, com novas perspectivas e desafios. Vejam como a mobilização mudou o cenário do PIBID e PIBID Diversidade de outubro para cá. Poucos acreditavam, apesar de muitos desejarem, na continuidade dos Programas em seu desenho original e conseguimos! Há muito ainda a discutir, mas se a proposta do RP apresentada na reunião efetivamente se materializar no edital, este programa abarcará parte do trabalho já realizado com algumas novas inserções. Temos a certeza que a nossa organização foi fundamental

nessa conquista e ter autonomia financeira para as ações da mobilização foi decisivo nesse processo. (Forpibid, 2018a, p. 01-03)

A calma durou pouco. O pedido de prorrogação não foi acatado, gerando intensa movimentação, pois havia o entendimento de que a interrupção do Pibid nas IES traria prejuízos para os cursos, com o envolvimento de estudantes com outras atividades, dificultando o preenchimento das vagas destinadas aos Programas (Pibid e RP) e para a relação com as escolas parceiras, que desde o início da parceria nunca haviam vivenciado a suspensão das ações desenvolvidas. Destaca-se a iniciativa da representação do Forpibid do Rio Grande do Sul, que obteve liminar provisória suspendendo os editais do Pibid e RP recém-publicados e determinando esclarecimentos do motivo de não se conceder a prorrogação solicitada e justificada pelo grupo. A seguir, os últimos diálogos do sujeito que fala por um coletivo, no período delimitado.

O FORPIBID vem a público manifestar sua inconformidade com a decisão da NÃO PRORROGAÇÃO dos editais Capes n. 61 e 66/2013, com término previsto para fim de fevereiro. [...] a decisão tomada não foi sensível aos inúmeros argumentos e manifestações das diversas entidades, instituições de ensino superior (IES), parlamentares, câmaras de vereadores, comunidades escolares, as 318 mil assinaturas dos abaixo-assinados, enfim, todos aqueles que defendem esse programa como uma política pública de qualidade, com impacto social significativo na formação de professores no Brasil. Essa interrupção implica em sérios prejuízos pedagógicos. Por um lado, por desligar cerca de 70mil bolsistas em 28 de fevereiro e ou por alijar as mais de 5 mil escolas de seu principal parceiro desses últimos dez anos: os pibidianos. [...] por outro, quebra um ciclo de trabalho nas licenciaturas, ao retirar as condições materiais e acadêmicas de licenciandos, que têm nos Programas sua referência de formação docente. [...] é fato que há previsão orçamentária para os programas em 2018, como apresentado pela DEB/Capes/MEC em reunião realizada com FORPIBID, em janeiro de 2018. Portanto, não há argumentos nem pedagógicos, nem orçamentários. Desse modo, não se apresentam razões plausíveis e fundamentadas para a interrupção do programa. [...] assim, recorreremos ao MEC no sentido de pleitear a prorrogação dos projetos em andamento, prerrogativa do edital em vigor, com a reconsideração dessa decisão, bem como conclamamos todos aqueles que defendem a não interrupção do PIBID e PIBID Diversidade que se manifestem junto ao Ministro de Educação, que já se mostrou sensível à continuidade do programa, em audiência com FORPIBID, realizada em dezembro de 2017. Este é um comunicado oficial, compartilhem o Informe de interrupção temporária do PIBID e PIBID Diversidade com todos os seus contatos, principalmente com

Vereadores, Deputados e Senadores de seu Estado. Esta é uma ação que requer atuação coletiva e articulada. (Forpibid, 2018b, p. 01)

Nossa luta foi incansável. O Sr. Mendonça Filho, Ministro da Educação e sua equipe não foram sensíveis aos argumentos levantados e a prorrogação não foi implementada. Recordaremos dessa lamentável passagem. Sigamos. Resta-nos, por ora, aguardar com atenção a confirmação do que foi anunciado hoje, o lançamento do edital e seus termos. [...] o FORPIBID agradece o empenho de todos, convictos que juntos seguiremos encontrando caminhos para resistir e transformar os espaços da formação de professores no Brasil. (Forpibid, 2018c, p. 01).

No final da tarde de ontem, a Juíza Federal da 3ª Vara Federal de Porto Alegre/Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, deferiu pedido de liminar, a fim de impor a prorrogação dos Editais nº 061/2013 e 066/2013, mantendo suas ações e bolsas até o início da execução dos novos projetos aprovados no edital nº 07/2018. Foram considerados os impactos dos programas e o hiato estabelecido entre o encerramento dos editais em questão e o início do próximo. [...] os réus, UNIÃO e CAPES, têm 10 dias para apresentar respostas, contestando todos os argumentos e apresentando provas. Durante esse tempo, devemos aguardar atentos os próximos encaminhamentos, antes mesmo de tomar qualquer posicionamento acerca da retomada das atividades ou outras medidas administrativas internas às IES e aos Projetos Institucionais, essa é a nossa indicação por ora. [...] essa iniciativa teve o protagonismo dos Coordenadores Institucionais do Rio Grande do Sul que compõem o FORPIBID RS, a quem, em nome de todos que clamaram pela prorrogação, agradecemos a força aguerrida em mostrar a razoabilidade da não interrupção por 5 meses do PIBID e PIBID Diversidade. A união do grupo é o que nos fortalecerá e nos manterá coesos ante os enfrentamentos que se apresentam. (Forpibid, 2018d, p. 01)

O pedido de prorrogação não aceito pela Capes e nem se sustentou pela via judicial. Restou às IES organizarem-se para concorrer às noventa mil bolsas (45 mil para cada programa). O Forpibid passou a dar apoio ao conjunto de proponentes, tanto para o Pibid, quanto para o RP, formando redes de trocas de mensagens para discussão sobre a elaboração dos projetos institucionais. Logo que se apropriaram dos ditames, percebeu-se profunda mudança no Pibid e um conjunto de imposições aos cursos e medidas para bolsistas até então não vistas. No conjunto de “inovações” do RP, impunham a obrigatoriedade no reconhecimento das horas predeterminadas no programa como estágio curricular, forçando as IES a executarem seus projetos pedagógicos de curso, diferenciando para quem passava ou não pelo novo programa (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020).

Já nas imposições, o RP apresentava como objetivo a promoção, “a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professoras(es) da Educação Básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular” (Brasil, 2018), devendo as(os) residentes passar por atividades que envolvessem obrigatoriamente a Base recém-homologada. A(o) bolsista residente que não completasse toda a carga-horária predeterminada, independente de justificativa, deveria restituir o valor de todas as bolsas recebidas. Docentes que se dispusessem à coordenação institucional teriam o limite de 18 meses de vínculo ao programa, provocando uma descontinuidade de projetos e ações a cada versão do Programa. Tais características provocaram rejeição e muitas instituições não fizeram adesão, estudantes esquivaram-se das vagas e o RP não logrou êxito no seu preenchimento, ficando cerca de 10 mil bolsas ociosas.

O Pibid continuou com ampla procura, superior ao número de bolsas disponibilizadas, porém não passou impune. A nova relação entre bolsista de iniciação à docência ID, supervisores e coordenadoras/es de área impôs uma sistemática de trabalho menos aproximada entre as pessoas implicadas com o processo formativo; a extinção da figura da coordenação de gestão de processos educacionais, um suporte essencial às coordenações institucionais, seja pedagogicamente ou administrativamente, compuseram as ‘novidades’ trazidas com o novo modelo. A falta de recurso predefinido para cada bolsista colocava fim a um ciclo profícuo de avanços nas diversas licenciaturas e escolas envolvidas no programa. “Um novo, mas não mais avançado, tempo no Pibid” (Cardoso; Mendonça; Marcatto, 2020, p. 66). Alterou-se muito da proposta inicial do Pibid, mas ele permaneceu e resistiu, embora vilipendiado de muitas condições que outrora deram vazão às múltiplas experiências moduladas em cada IES, a partir de suas expertises e possibilidades.

Nos embates e disputas, coube ao Forpibid orientar para as IES a adesão aos dois programas, propondo-se, no decorrer de suas ações, desenvolver e estabelecer suas resistências, tendo em vista que o público matriculado nas licenciaturas – filhas e filhos da classe trabalhadora –, requer condições mínimas de formação e permanência nos cursos de formação de professoras(es), embora desafiantes e desgastantes.

Nesse período turbulento, cabe realce positivo à Portaria Capes nº 158/2017, que provocou as IES que desejassem participar de seus programas de formação iniciação, a

formularem suas políticas institucionais de formação de professoras(es) para a Educação Básica, em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), até dezembro de 2019, bem como a instituírem uma instância organizacional, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, com o objetivo de integrar e dar organicidade a essa política na instituição. Essa Portaria movimentou muitas instituições, que começaram a pensar sobre o tema, já que somente algumas universidades federais tinham elaborado tal política. E as IES que participassem dos editais a serem lançados deveriam estar cientes dessa exigência. De algum modo, o debate se fez presente, por outro lado, não houve acompanhamento e efetiva exigência da Capes, repercutindo na desarticulação dessa iniciativa, em muitas IES.

Entre considerações e perspectivas: o que há para avançar?

Esse movimento, marcado por contradições e tensões, vivenciado sobretudo pela(os) professoras(es) formadores no enfrentamento das disputas necessárias a defesa de uma formação não formatada (Anped, 2019), propiciou a **experiência de uma prática política militante** ímpar na vida profissional desses docentes. O Forpibid aglutinou esforços, anseios e ações em uma unidade que lhe conferiu, como sujeito, voz e prática coletivas.

Como movimento social, uma ação coletiva, teve estabelecido o confronto sempre relacionado ao fim ou à modificação do elemento que constituía a consciência sobre docência em quem vivenciara o Pibid e o Residência Pedagógica, em algum dos seus papéis. A necessidade de manter o desenho pedagógico do Pibid e no RP colocou esse sujeito, individual e coletivamente, em atividade, com ações que enfrentavam os ataques e as ameaças. O Forpibid, à medida que instituiu a organização coletiva, permitia a cada pessoa o exercício político ao articular-se com pares e com entes externos à superação do que colocava em risco o almejo do grupo.

Essas ações se davam em contexto avaliado a partir de análises conjunturais, formando e forjando as lutas em meio às práticas que desenvolviam nas escolas e na universidade, criando um amálgama de algo que estava separado indevidamente: a dimensão técnico-pedagógica da dimensão política. Seja por perceber que o ser e estar

no *espaço-tempo* da docência nunca é individual e tampouco isolado do todo que nos cerca. O modelo ancorado numa realidade tecnicista, que privilegiava a mera transmissão de conteúdos que apartava a apreensão de conhecimentos à emancipação humana, não promovia o encontro da necessidade com o objeto, gerando uma prática alienada e alienante. A necessidade da defesa do modelo de formação do programa de iniciação à docência colocou o sujeito coletivo em atividade, por meio de um conjunto de ações que foram conferindo-lhe novo sentido, ampliando sua consciência sobre a docência. Apreensões a partir dos registros nos documentos examinados.

Consideramos que as instituições formadoras deram conta de promover um espaço de análise e reflexão sobre a profissão e sobre a escola pública. A coexistência, a indicação de adesão e o enfrentamento ao modelo inicial do RP pareceram contraditórios, mas foi o tensionamento, ao nosso ver, que permitiu minorar os impactos da proposta que configurava à época. A resistência de muitas IES ao RP foi uma posição política ousada e que auxiliou na revisão de muitas medidas que se transformaram ao longo das edições do Programa. As demais que fizeram adesão conseguiram, pelo menos em grande parte delas, subverter o modelo e as imposições, desenvolvendo ações conjuntas com o Pibid e com as experiências de estágio supervisionado historicamente acumuladas por elas. A BNCC foi avaliada e colocada a escrutínio nas ações desenvolvidas, atendendo à exigência da Capes, sem, contudo, sucumbir à adesão acrítica.

O Residência Pedagógica pode avançar para uma ação que remonta intenções da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, prevista no Decreto Federal nº 8722/2016, cuja intencionalidade era de apoiar um programa de indução docente, em momento de início na carreira na educação básica. Toda a experiência acumulada nesses últimos anos e o intento inicial interrompido à época do golpe jurídico-midiático-parlamentar encontram espaço profícuo para sua execução e evolução da experiência, deixando o Pibid com a iniciação à docência nos contextos de formação e o Residência Pedagógica na inserção profissional em espaços escolares. Obviamente, toda essa intencionalidade está associada ao financiamento outrora disponibilizado. Nossa avaliação é que essa garantia foi que permitiu tanto sucesso no início da política. Que seja retomada de política robusta voltada para a formação de professoras(es).

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ANPED. **Uma formação formatada**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/images/posicao_da_anped_sobre_o_texto_referencia_diretrizes_curriculares_nacionais_e_base_nacional_comum_para_a_formacao_inicial_e_continuada_de_professores_da_educ.pdf. Acesso em: 28 fev. 2021.

ARCANJO, Pedro. Forpibid realiza primeira reunião do diretório nacional na Capes. *In: Portal da CAPES/Assuntos/Notícias*. [S.l.]: Capes, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/forpibid-realiza-primeira-reuniao-do-diretorio-nacional-na-capes>. Acesso em 05 jan. 2023.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

CAPES. **Relatório de gestão DEB 2009-2014**: volume I. Brasília: CAPES, 2015.

CARDOSO, Nilson de Souza; MENDONÇA, Sueli Guadalupe Lima; MARCATTO, Flávia Sueli Fabiani. O Forpibid-rp como espaço de exercício político na formação de professoras e professores. *In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe Lima; MIGUEL, José Carlos; MILLER, Stela; KÖHLE, Érika Christina (orgs.). (De)formação na escola: desvios e desafios*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 51-72.

CARDOSO, Nilson de Souza; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. O “ovo da serpente” na formação docente: as diretrizes paulistas como esteio da contrarreforma nacional. **Práxis Educacional**, [s. l.], v. 17, n. 46, p. 9-34, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8913. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8913>. Acesso em: 1 maio 2022.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Política Nacional de Formação de Professores. *In: Política Nacional de Formação de Professores*. Brasília, DF: MEC, 17 out. 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CAIQw7AJahcKEwig1Pneuen_AhUAAAAHQAAAAQAw&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fdocman%2Foutubro-2017-pdf%2F74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf%2Ffile&psig=AOvVawogaprePe_pTwdXKElNiW1P&ust=1688161332606114&opi=89978449. Acesso em: 1 fev. 2023.

FNPE. **CONAPE**: Documento final: reconstruir o país: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es. [S.l.]: FNPE, 2022. 88p.

FORPIBID. **Informe 01-2015**: Audiência na Capes. Texto mimeo. Salvador-BA, 06 jul. 2015a.

FORPIBID. **Informe 02-2015**: Carta Aberta do Pibid com 45.065 assinaturas. Texto mimeo. Salvador-BA, 07 jul. 2015b.

FORPIBID. **Informe 03-2015**: Audiência do Forpibid no MEC. Texto mimeo. Salvador-BA, 08 jul. 2015c.

FORPIBID. **Informe 05-2015**: Pibid e Pibid Diversidade sem corte para 2018! Muita mobilização pela frente! Texto mimeo. Salvador-BA, 15 set. 2015d.

FORPIBID. **Informe 05-2017**: Às ruas, já! Muita mobilização pela frente! Texto mimeo. Fortaleza-CE, 19 out. 2017a.

FORPIBID. **Informe 07-2017**: Pibid e Pibid Diversidade sem corte - para 2018! Muita mobilização pela frente! Texto mimeo. Fortaleza-CE, 15 set. 2017b.

FORPIBID. **Informe 10-2017**: Mobilizar e esperar: as conquistas de dezembro e o futuro em 2018. Texto mimeo. Fortaleza-CE, 21 dez. 2017c.

FORPIBID. **Informe 01-2018**: enfim, Pibid e Pibid Diversidade ficam! Texto mimeo. Fortaleza, 17 jan. 2018a.

FORPIBID. **Informe 03-2018**: Haverá LUTA! Texto mimeo. Fortaleza, 07 fev. 2018b.

FORPIBID. **Informe 05-2018**: Insensível e injustificável. Texto mimeo. Fortaleza, 28 fev. 2018c.

FORPIBID. **Informe 06-2018**: A razoabilidade veio por liminar. Texto mimeo. Fortaleza, 14 mar. 2018d.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 3. ed. rev., atual. e ampl. Chapecó, SC: Argos, 2018. (Grandes Temas; 27). *E-book*.

GOHN, Maria da Glória. Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 5-53, set. 2018.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. 256 p.

VILLAS BÔAS, Fernanda Litvin. **Algum estudo avaliativo do Pibid**: contribuições para avaliação de programas educacionais. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília: 28 mar. 2018.

Recebido em: 02/10/2022
Aprovado em: 28/02/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 24 - Número 56 - Ano 2023
revistalinhas@gmail.com